de 2019.

HELENA MARIA OLIVEIRA MUNIZ GOMES

2ª Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial

1ª Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial – Em exercício

Coordenadora do Núcleo do Terceiro Setor

Protocolo: 596144

Extrato da Recomendação nº 040/2020/MP/6PJMAB

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por sua Promotora de Justiça desta Comarca infra firmada, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 129, III da CF/88, art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85, art. 26, I da Lei nº 8.625/93 e art. 52, VI, da Lei Complementar Estadual nº 57/2006; torna pública a expedição da Recomendação nº 040/2020/MP/6PJMAB que se encontra à disposição para os interessados, nesta Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/n, esquina com Rodovia Transamazônica, Agrópolis do Incra, Bairro Amapá, CEP 68502-290, Marabá/PA - Telefone e Fax: (94) 3312-9900 - E-mail: mpmaraba@mppa.mp.br.

Recomendação nº 040/2020/MP/6PJMAB

Procedimento Administrativo nº 000441-940/2020

Destinatários: Município de Marabá/PA.

Assunto: Recomendação Ministerial visando acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, as ações referentes ao retorno das aulas no município de Marabá após o período da pandemia do novo coronavírus (covid-19).

Mayanna Silva de Souza Queiroz – Promotora de Justiça, titular do 6º Cargo de PJ de Marabá

Protocolo: 596114

EXTRATO DE ATA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, REFERENTE À 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLENÁRIO VIRTUAL – 2020

(Resolução 004/2020/CSMP/MPPA)

DATA E HORA – 8h do dia 22/10 até às 18h do dia 29/10/2020.

LOCAL – Sítio eletrônico: www.mppa.mp.br. PRESENTES – Dr. GILBERTO VALENTE MARTINS, Procurador-Geral de Justiça, Presidente do Conselho Superior; Dr. JORGE DE MENDONÇA ROCHA, Corregedor-Geral do Ministério Público; Dr. WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO, Conselheiro Secretário e os seguintes Conselheiros: Dra. LEILA MARIA MARQUES DE MORAES, Dra. MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA, Dra. DULCELINDA LOBATO PANTOJA e Dr. HAMILTON NOGUEIRA SALAME.

1. Julgamento de Processos:

1.1. Processos de Relatoria do Conselheiro WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO:

1.1.1. Processo nº 000596-139/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará

Origem: PJ de Concórdia do Pará

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na execução do contrato firmado pela Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará com a Empresa WM Construções e Serviços Ltda.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.1.2. Processo nº 001748-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Adolfo dos Santos Meireles, Rodrigo Menezes Sarmiento, Maria Natalina Pantoja Costa

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado pelo servidor da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer – SEEL.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.1.3. Processo nº 000059-110/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Clube Musical Lira Nova

Origem: PJ de Colares

Assunto: Apurar a regularidade do recebimento de “recursos públicos” que totalizaram o valor de R\$2.366,40 (dois mil e trezentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos) recebidos pela Associação Clube Musical Lira Nova, no exercício de 2011.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.1.4. Processo nº 000171-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Rubinaldo da Silva Oliveira

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém Assunto: Apurar possíveis irregularidades cometidas pelo servidor Rubinaldo da Silva Oliveira.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.1.5. Processo nº 001820-036/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Casa de Show Lacraus

Origem: 4º PJ de Benevides

Assunto: Apurar possível denúncia de poluição sonora na Casa de Shows Lacraus.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com a Resolução nº 179/2017-CNMP e com o art. 8º da Resolução nº 002/2018-CSMP.

1.1.6. Processo nº 000289-151/2014

Requerente(s): Ministério Público do Trabalho - MPT

Requerido(s): Serviço Brasileiro de Apoio A Micro e Pequena Empresa do Pará

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar denúncia em face do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/PA).

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.1.7. Processo nº 000024-200/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Ananindeua

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto: Apurar eventual violação do art. 11, inciso I e IV da Lei nº 8.429/92, pela Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.1.8. Processo nº 000085-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Falcon Vigilância e Segurança LTDA

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apura a contratação de empresa especializada em serviços de segurança para disponibilização de vigilância armada nas dependências do Banco no Estado do Pará.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.1.9. Processo nº 000033-911/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Pedro Souza

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Investigar suposto uso indevido da contrapartida de 25% do município destinado a educação.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, convertendo-se o julgamento em diligência, de acordo com o art. 27, §3º, inciso I da Resolução nº 07/2019 do Colégio de Procuradores de Justiça, devendo os autos serem remetidos à Promotoria de Justiça de origem para que cumpra as diligências descritas no voto do Conselheiro Relator.

1.1.10. Processo nº 000085-151/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Companhia de Habitação do Estado do Pará - COHAB

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar supostas irregularidades com relação à Dispensa de Licitação nº 01/2016, da Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB).

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.1.11. Processo nº 000133-151/2015

Requerente(s): Cezar Colares - Conselheiro do TCM

Requerido(s): Rosa de Figueiredo Lavor

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades relativas ao Pregão Presencial nº 012/2014-CEL/SEMED/PMM.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.1.12. Processo nº 000165-911/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Pedro Lanucio Tavares da Silva

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Investigar possível situação irregular em que servidor temporário estaria percebendo valores de comissão especial de forma permanente e ainda exercendo cargo de diretor do Hospital Municipal de Marabá.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, convertendo-se o julgamento em diligência, de acor-